

A chefe e a presidenta: marcação do gênero feminino e seus reflexos sociais

Female chief and female president: the marking of feminine gender and its social reflexes

Élide Elen da Paixão SANTANA (UFBA/UNIME)
elide_elen@yahoo.com.br

Recebido em: 26 de jan. de 2018.
Aceito em: 24 de jun. de 2018.

SANTANA, Élide Elen da Paixão. A chefe e a presidenta: marcação do gênero feminino e seus reflexos sociais. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. 2, p. 489-504, maio/ago. 2018.

Resumo: A flexão de gênero é um fenômeno linguístico que apresenta diversas irregularidades e sua variação divide a opinião de falantes e especialistas. Estão presentes em dicionários do português e em gramáticas normativas (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536; BARBOSA, 1822; SAID ALI, 1931; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008) as variantes não flexionadas “chefe” e “presidente” e as variantes flexionadas “chefa” e “presidenta”. A variedade de formas utilizadas revela incerteza por parte dos falantes e demonstra que a marcação de gênero é um fenômeno que vai além do âmbito linguístico e que reflete estigmas e padrões da sociedade. Este trabalho resulta da dissertação de mestrado da autora (SANTANA, 2015) na qual são apresentadas as formas utilizadas para os conceitos “mulher que chefia” e “mulher na presidência” identificadas em 344 informantes oriundos de 77 localidades da região Nordeste do Brasil segundo os princípios teórico-metodológicos da Geolinguística Pluridimensional (CARDOSO, 2010; CHAMBERS; TRUDGILL, 1994) e da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]). A pesquisa utilizou o *corpus* composto pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil mediante aplicação

in loco do seu questionário linguístico (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001). Objetivou-se, com isso, verificar os usos linguísticos e as possibilidades de marcação de gênero no português, assim como considerar os estudos de gênero demonstrando o encaixamento sociolinguístico das variáveis.

Palavras-chave: Flexão de gênero. Sociolinguística variacionista. Geolinguística.

Abstract: The inflection of gender is a linguistic phenomenon that presents irregularities and which its variation divides speakers and linguists. The following forms are presented in dictionaries of Portuguese language and in grammar books (FERNÃO DE OLIVEIRA, 1536; BARBOSA, 1822; SAID ALI, 1931; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008): the variants without inflection “chefe” and “presidente” and the inflected variants “chefa” and “presidenta”. The variety of forms used reveals uncertainty of the speakers and demonstrates that this is a phenomenon that goes beyond Linguistics but that reflects social stigma and patterns. This work is the result of the Master’s thesis of the author (SANTANA, 2015) in which are presented the forms to the concepts “leading woman” and “woman in the presidency” identified in 344 interviewees from 77 cities in the Northeast region of Brazil according the methodological principles of Pluridimensional Geolinguistic (CARDOSO, 2010; CHAMBERS; TRUDGILL, 1994) and Sociolinguistics (LABOV, 2008 [1972]). The research used the linguistic corpus composed by the Projeto Atlas Linguístico do Brasil through *in loco* application of its linguistic questionnaire (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001). The objectives were to verify the linguistic uses and the possibilities to address gender in Brazilian Portuguese and to consider the gender studies demonstrating the sociolinguistic constraints of the variables.

Keywords: Inflection of gender. Sociolinguistics. Geolinguistics.

Introdução

A marcação de gênero feminino no português em alguns vocábulos provoca muita dúvida aos falantes e apresenta uma descrição variada e diversa em gramáticas normativas e trabalhos acadêmicos sobre a questão. De modo mais geral e superficial, determina-se que os nomes terminados em -o são masculinos e os nomes terminados em -a são femininos, havendo, no entanto, uma longa lista de irregularidades e exceções reconhecidas, ou não, pelas gramáticas.

Diante do exposto, apresenta-se uma análise resultante do recorte da dissertação de mestrado da autora (SANTANA, 2015), com enfoque para as diferentes formas de expressão para os conceitos ‘mulher que chefia’ e ‘mulher na presidência’, os morfemas para expressão de feminino concatenados às bases *chef-* e *president-*, assim como outras estratégias utilizadas para determinação de gênero feminino nesses vocábulos.

O gênero gramatical

O gênero gramatical no português é tratado pelas gramáticas de forma pouco clara e numa perspectiva puramente dicotômica. Os nomes podem ser, portanto, de dois gêneros: o masculino, não marcado, e o feminino, marcado. Não é costume fazer distinção entre os substantivos inanimados, os não sexuais, e os animados, sexuais, e a expressão do gênero é feita através do uso do artigo *o* para o masculino e *a* para o feminino.

Se, para os substantivos inanimados não há variação de gênero, pois há uma única unidade lexical que pode ser do gênero gramatical masculino ou feminino, para os substantivos animados, ou seja, aqueles empregados para pessoas e animais, na maior parte dos casos, há o processo flexional diante da substituição ou acréscimo de desinências tendo como base a forma não marcada do masculino que passa para a forma marcada, o feminino. Porém, há, ainda, outros processos envolvidos nesta categoria, como observa Câmara Jr. (2013 [1970], p. 87-92), e as descrições parecem não dar conta de tanta variedade.

Por conta disso, o gramático João de Barros (1540, p. 22-23) afirma que os gêneros dos nomes existem para que haja diferenciação entre o masculino e o feminino e entre o neutro e ambos. O autor chama atenção para o fato de que as línguas tratam o gênero de diferentes maneiras, no português, o gênero é expresso pela significação, caso dos sexuais, e também pelo artigo, caso dos não-sexuais que apenas levam marca gramatical.

Assim como ele, gramáticas mais antigas, tais como Fernão de Oliveira (1536, p. 63-72), Barbosa (1822, p. 123-132) e Said Ali (1931, p. 54-70) destacam a existência do gênero gramatical para seres sexuais e seres assexuais, destacando a atribuição de gênero conforme fatores que são mais ou menos naturais. Por outro lado, gramáticas mais atuais tendem a generalizar a flexão de gênero para os substantivos que sofrem tal processo e a destacar a existência de outros processos de atribuição de gênero que não se dão pela flexão, a exemplo de Cunha e Cintra (2008, p. 202-211) que evidenciam, para além da flexão, outros meios de identificação de gênero.

Neste momento entram, então, em debate duas hipóteses para o feminino dos vocábulos analisados neste trabalho: (1) substantivo que sofre alteração de gênero por meio da flexão, possibilitando, assim, a existência dos vocábulos *chefe* e *presidenta* e (2) a compreensão desses substantivos como comum de dois gêneros, tendo-se, então *a chefe* e *a presidente*.

Questões sociais de gênero

Os estudos sobre o gênero têm-se desenvolvido sob diferentes perspectivas diante do desenvolvimento das teorias feministas e da necessidade de se discutir sobre o tema visando maior igualdade entre os gêneros o que contribui para a diminuição do preconceito e da violência e para o empoderamento dos mais oprimidos.

O gênero é um construto social, não natural e mutável nas diferentes sociedades e tempos. Diferentemente da dicotomia de sexo, o gênero não é puramente biológico, mas um fator altamente implicado, histórico-socialmente relacionado, sobretudo, às estruturas de poder dentro da sociedade.

Uma das associações entre os estudos de gênero e os estudos linguísticos é a ideia do masculino como 'neutro', da mesma forma como é visto como 'gênero não-marcado'. De igual modo, a forma masculina também é a utilizada para englobar pessoas dos diferentes sexos, seja para expressão de plural, seja para ideia de coletividade, a exemplo do uso do vocábulo *homem* para a ideia de ser humano em diversas línguas, assim como ocorre no português.

No âmbito do trabalho, as diferenças de gênero podem ser vistas relacionadas a diversos aspectos: nas diferenças salariais, na segregação de gênero em lugares e posições de trabalho (trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e na discriminação para seleção ou promoção de determinados cargos.

Ao pensar o papel da mulher na política, Meachen (2010), analisando a posição de mulheres em momentos importantes para a constituição de uma nação, vê como desde o início as mulheres ficaram restritas ao ambiente doméstico, apenas como esposas e mães, enquanto os homens eram aqueles que iam às lutas e às guerras. As mulheres por muito tempo foram vistas como politicamente irrelevantes e sequer tinham direito ao voto e, para que hoje possam ser consideradas um grupo representativo nas decisões políticas e presentes na disputa pelo poder, percorreram e percorrem um árduo caminho.

Procedimentos Metodológicos

Os princípios teórico-metodológicos que nortearam esta pesquisa apoiam-se nos pressupostos da Geolinguística Pluridimensional e da Sociolinguística Quantitativa. Compreende-se, sob o viés da

Sociolinguística, a língua como fato social passível de análise, um conjunto estruturado de normas sociais, por meio da qual se toma como referência a existência de variação linguística. A língua, por representar a cultura e história de um povo, não pode ser analisada se não pela sua realização real em contexto de interação, como afirma Labov (2008):

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

A Geolinguística, ou Geografia Linguística, é um método no qual se apoiam os estudos linguísticos com base dialetológica que enfocam, na sua análise, a variação em espaços geográficos determinados. Assim, a geolinguística permite a documentação dos dados estudados e a sua representação por meio de mapas geográficos (CARDOSO, 2010).

O *corpus* desta pesquisa utilizou dados resultantes da aplicação de trechos dos *Questionários 2001* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001). Foram utilizadas as respostas às duas seguintes perguntas do Questionário Morfossintático:

- Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?
- Se, na Presidência da República, estivesse uma mulher, ela seria o quê?

A pesquisa foi realizada em 77 localidades componentes da rede de pontos do Projeto ALiB nos nove estados da região Nordeste do Brasil, tendo sido entrevistados 344 informantes estratificados socialmente segundo quatro critérios:

- a) diatopia: oito informantes nas capitais dos estados e quatro informantes nas demais localidades do interior dos estados;
- b) sexo: informantes homens e mulheres;
- c) idade: duas faixas etárias – faixa etária I (18 a 30 anos) e a faixa II (50 a 65 anos);
- d) escolaridade: nas localidades do interior dos estados todos informantes cursaram, no máximo, até a oitava série do ensino fundamental. Nas capitais de estado, quatro informantes possuem escolaridade fundamental e quatro detêm nível superior completo.

Análise dos dados

As ocorrências catalogadas para cada uma das variáveis foram registradas de acordo com a seguinte classificação: variantes padrão com flexão de gênero (*chefa* e *presidenta*); variantes padrão sem flexão de gênero (*chefe* e *presidente*); outras variantes com base *chef-* e *presiden-* e outros morfemas concatenados às bases; outras denominações com bases diferentes; e não ocorrência, dados agrupados sob a nomenclatura sem resposta (S.R.). A tabela 1 expõe os resultados totais das primeiras ocorrências para as quatro variáveis em análise, com número absoluto e percentuais de ocorrência (344 ocorrências no total).

Tabela 1 – Formas de feminino na região Nordeste: percentuais de ocorrência

Variantes feminino de chefe	Número de Ocorrências	%	Variantes feminino de presidente	Número de Ocorrências	%
Chefa	35	10,2	Presidenta	115	33,4
Chefe	243	70,6	Presidente	205	59,6
Chef-x	13	3,8	Presiden-x	3	0,9
Outras	25	7,3	Outras	4	1,2
S.R.	28	8,1	S.R.	17	4,9

Fonte: elaborada pela autora.

Com base nos dados da tabela 1, é possível concluir que, para ambas as variáveis, há preferência dos informantes pela hipótese que determina os substantivos como comuns de dois gêneros devido ao alto índice das variantes *a chefe* (70,6%) e *a presidente* (59,6%).

Para o feminino de *chefe*, as variantes de base *chef-* com outros morfemas foram *chefia* (5 ocorrências), *chefe de família* (2 ocorrências), e uma ocorrência de cada uma das seguintes formas: *chefeira*, *chefiadora*, *chefiante*, *chefinha* e *chefona* e *chefe de casa*. As outras denominações foram *patroa* (13 ocorrências), *gerente* (5 ocorrências) e uma ocorrência de cada uma das seguintes formas: *administradora*, *coordenadora*, *dona de casa*, *empresária*, *encarregada*, *fiscal* e *governadora*.

Chefe vem do francês *chef*, “aquele que está à frente de qualquer coisa” que, por sua vez, origina-se do latim *caput-itis* que tem o sentido de “cabeça” (CUNHA, 1999). Em português, a palavra pode ter o sentido de:

1. pessoa que se destaca pelas qualidades, competência, poder de decisão etc.; 2. indivíduo investido de poder para ocupar lugar de mando; 3. aquele que ocupa a mais alta posição hierárquica em organismo oficial civil ou militar (HOUAISS, s.v. 2009).

Houaiss (2009) registra *chefa* como entrada, indicando uso informal para “mulher que exerce autoridade, que dirige certos estabelecimentos ou serviços; chefe”. O excerto a seguir ilustra uma das ocorrências de *chefa*.

(01) INQ. – Tem homens e mulheres que chefiam. No caso, quando é uma mulher, ela é o que?

INF. – (pausa)

INQ. – Fulana de tal, ela é o que de uma empresa?

INF. – **Chefe** que não é.

INQ. – Sim, como é que o senhor fala normalmente? Se trabalhasse numa empresa que tinha uma mulher que estava chefiando, então ela é... Como é que o senhor fala?

INF. – (pausa)

INQ. – O senhor quer se referir a ela. Como é que o senhor diz?

INF. – Minha **chefa**.

(Aracaju/SE, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Seguem-se, então, a análise das quatro formas registradas mais de uma vez. *Patroa* tem as seguintes acepções – “1. a mulher do patrão; 2. dona de casa; 3. mulher que dirige certos estabelecimentos ou serviços” (HOUAISS, 2009) e é uma forma mais comumente utilizada no âmbito doméstico. *Chefia* refere-se ao “cargo ou dignidade de chefe; função ou atividade de chefe; ação de dirigir, governar”, mas de modo informal também pode ser utilizado como sinônimo para “chefe, patrão” (HOUAISS, 2009).

Gerente, substantivo de dois gêneros é o “cargo atribuído à pessoa responsável pela gerência” (HOUAISS, 2009). Além disso, foi documentada a forma *chefe de família*, na qual foi atribuído outro elemento ao termo *chefe*, associando o âmbito doméstico ao conceito.

Dessa forma, vê-se que, dentre as quatro outras formas utilizadas, duas são formas que têm relação intrínseca com o âmbito familiar, demonstrando a associação restrita dos informantes entre

as mulheres e o contexto doméstico ainda que, na formulação da pergunta, não houvesse tal menção. As outras duas formas em destaque são substantivos que podem ser atribuídos tanto para homens quanto para mulheres e refletem a condição de chefiar, liderar algo no âmbito profissional. O excerto (02) mostra um exemplo de ocorrência de *chefe* e ilustra a dificuldade dos falantes.

(02) INQ. – O senhor não acha que chama também de chefe não?

INF. – Pode chamar.

INQ. – Mas o senhor acha que chamaria como?

INF. – Tô até sem saber.

INQ. – Não acha que chamaria não?

INF. – Acho difícil.

INQ. – As mulheres não estão mandando muito não?

INF. – **Chefe**, assim, não.

(Corrente/PI, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Pinto (2014) analisou seis capitais de três regiões do Brasil também utilizando o *corpus* do Projeto ALiB, tendo dois pontos coincidentes com esta pesquisa (Fortaleza e Salvador). A autora também verificou em sua pesquisa que houve predominância da variante *a chefe*, com 87,3% do total.

Para o feminino de *presidente*, foram encontradas as denominações *presidência*, *mulher na presidência* e *presidente feminina* e foram registradas como outras denominações: *governadora*, *empresária* e *prefeita*.

O termo *presidente* vem do latim *praesidēns-entis* com o sentido de “assentado adiante, ter o primeiro lugar; dirigir, administrar” (CUNHA, 1999). Houaiss (2009) apresenta a entrada *presidenta* como feminino de *presidente*, “1. mulher que se elege para a presidência de um país; 2. mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição”, embora ressalte que também seja usada a forma *a presidente*. Dessa forma, assim como em *chefe/chefa*, há duas formas consideradas padrão na língua.

(03) INQ. – E se na presidência da república estivesse uma mulher, seria o que?

INF. – Se ela fosse **presidente**? Eu acho que pra chamar, eu ia chamar do mesmo jeito, de igual pra igual.

(Maceió/AL, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

O sufixo *-ente* tem origem latina e, segundo Nunes (1956), era adicionado aos verbos para formar o particípio do presente em nomes masculinos e femininos, no singular. Já no latim o sufixo era usado para determinar agentes de ambos os sexos, caso de *defendente*, *requerente*.

Segundo Marinho (2009, p. 123), “adjetivos X-NTE atribuem agentividade aos substantivos a que se reportam, embora em grau menor quando comparados com adjetivos X-DOR”¹.

Com duas ocorrências, registrou-se, ainda, *governadora*, forma que representa o cargo político de mulheres responsáveis por administrar um estado conforme mandato. As demais formas foram registradas apenas uma vez.

Pinto (2014), citado anteriormente, verificou melhor aceitação pela opção flexionada *presidenta*, diferentemente do que ocorreu com *chefa*. Ainda assim, como nesta pesquisa, os dados revelaram que houve 60% de preferência pela variante *presidente* e 37% pela variante *presidenta*, valores que se aproximam do encontrado no presente trabalho. Gouveia (1998) também analisa o problema em se determinar o gênero feminino de muitas profissões antes não ocupadas por mulheres. Dentre elas, cita como invariáveis *chefe* e *presidente*.

Ainda sobre o feminino de *presidente*, é importante observar que há uma mobilização quanto ao uso da forma *presidenta*. Duas leis autorizam e recomendam o uso de flexão para nomes de cargos ocupados por mulheres: na Lei Nº. 2.749, de 2 de abril de 1956, determina-se a adoção do gênero nos nomes de acordo com o sexo daqueles que exercem funções públicas; mais recentemente, na Lei Nº. 12.605, de 3 de abril de 2012, é prevista, ainda, a flexão de gênero para designar profissões e grau obtido em diplomas.

No Brasil, com a presença de uma mulher ocupando o cargo de presidência e também mulheres candidatas, a questão está bastante presente nas discussões. As campanhas publicitárias presidenciais de mulheres, a partir do ano de 2010, se apresentam como fonte de observação do uso das formas linguísticas para expressão do feminino de presidente.

Na primeira vez em que concorreu ao cargo da presidência, Dilma Rousseff utilizou em sua campanha publicitária o termo *presidente*. Logo após a sua eleição, no entanto, passou a utilizar o termo *presidenta*, o qual solicitou que fosse utilizado para se referir a ela. Posteriormente, na sua campanha de reeleição, já em 2014, passou a utilizar o termo *presidenta*.

1 cf. Gonçalves (2004).

A escolha do termo utilizado pelas demais candidatas também parecem refletir a inclinação política dos seus partidos. Quando candidata em 2010, pelo Partido Verde (PV), Marina Silva, cujo foco político estava em defender as causas referentes ao meio ambiente, utilizou na sua campanha o termo *presidente*. Posteriormente, na campanha de 2014, a candidata utilizou novamente o termo *presidente*. Neste momento, ressalta-se, no entanto, o seu processo de candidatura quando, inicialmente, era apenas candidata à vice-presidência, porém precisou substituir emergencialmente o então candidato à presidência, Eduardo Campos, após a sua morte em acidente aéreo durante a campanha.

De modo contrário, no entanto, posicionou-se, em 2014, a candidata Luciana Genro. Com inclinação política esquerdista, a candidata optou pelo termo *presidenta* em sua campanha pela Presidência da República. Cabe também ressaltar que as propostas e discurso da candidata sempre enfatizaram o seu papel de ativista feminista, motivo pelo qual acredita-se ter elegido tal termo para a sua campanha.

O encaixamento social das variáveis linguísticas

498

As variáveis sociais sexo e idade se mostraram pouco relevantes para o estudo em questão, uma vez que os dados não apresentaram diferença expressiva entre os usos linguísticos separados pelos grupos homem/mulher e faixa etária I/faixa etária II. No entanto, a variável escolaridade, analisada nos dados das capitais de estado, pode revelar alguns fatos.

Os inquéritos das capitais de estado totalizam 72 informantes dos quais se pode depreender a influência da variável escolaridade. Assim como o número de inquéritos, o número de variantes diminuiu consideravelmente, representando apenas 29,5% do total. No entanto, esses dados revelam diferenças entre os diferentes níveis de escolaridade e também entre cidades do interior e grandes centros urbanos.

Nos dados referentes ao feminino de *chefe*, apenas entre os informantes de nível de escolaridade fundamental, registraram-se variantes não padrão. Os falantes universitários utilizaram mais a forma *chefe*, tida como menos inovadora, o que pode demonstrar um conservadorismo desse grupo. Além disso, os casos sem resposta (S.R.) predominam no grupo dos menos escolarizados, o que demonstra insegurança ao responder. No caso de feminino de *presidente*, houve uma leve preferência dos universitários pela forma *presidenta*, além

de, novamente, o número de casos sem resposta ser maior entre os informantes de nível fundamental.

Na tabela 2, a seguir, são expressos os resultados percentuais dos grupos de informantes com escolaridade fundamental (F) e universitários (U).

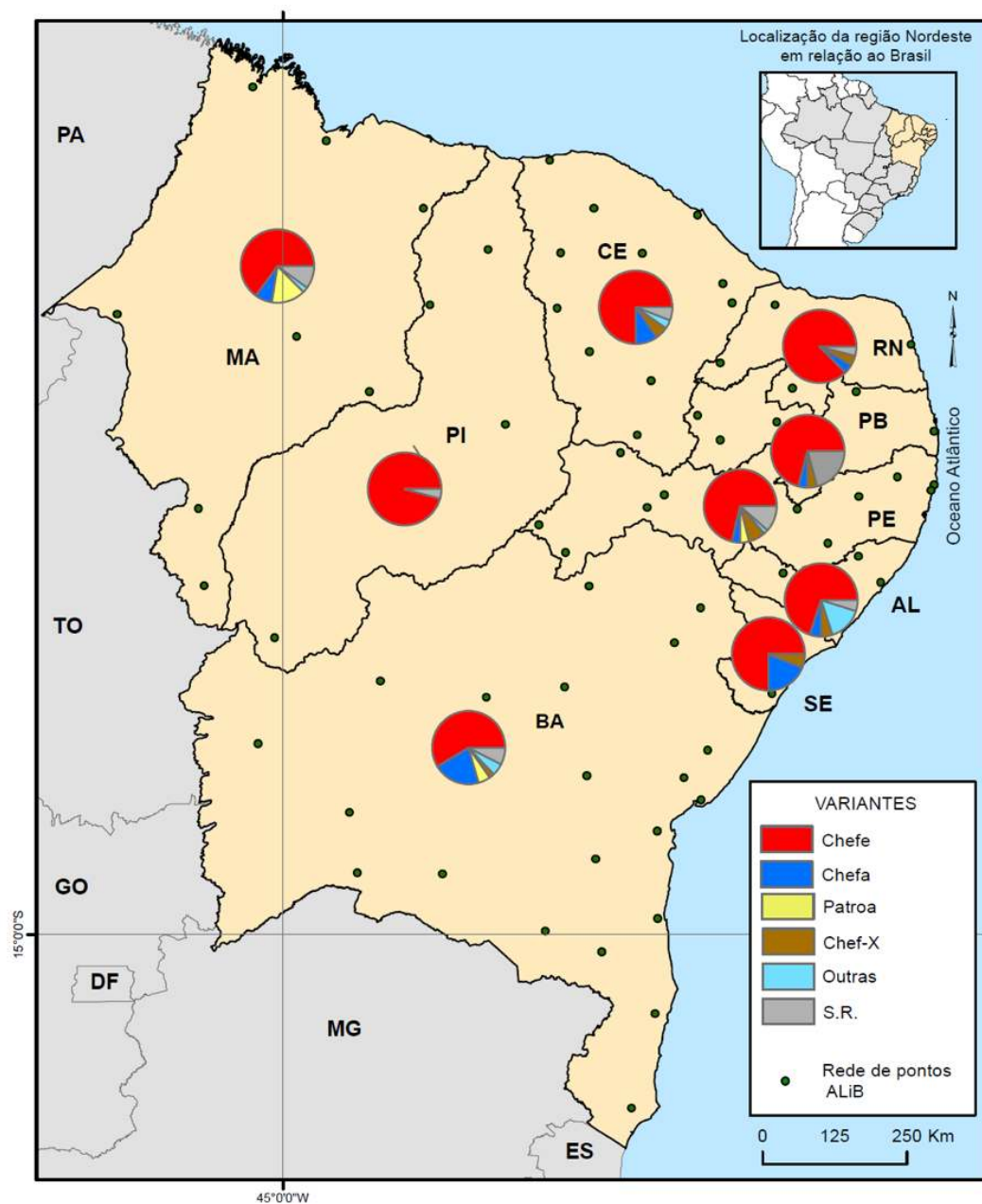
Tabela 2 – Influência da variável escolaridade nas variantes padrão e não-padrão: percentuais de ocorrência

Variantes feminino de chefe	%		Variantes feminino de presidente	%	
	F	U		F	U
Chefa	62,5	37,5	Presidenta	45,2	54,8
Chefe	43,8	56,2	Presidente	52,6	47,4
Variantes não-padrão	100	0	Variantes não-padrão	-	-
S.R.	66,7	33,3	S.R.	66,7	33,3

Fonte: elaborada pela autora.

Por fim, as figuras a seguir demonstram a distribuição geográfica das variantes em cada um dos estados em análise por meio da representação cartográfica:

Figura 1 – Distribuição da variável diatopia por estado para o feminino de *chefe*

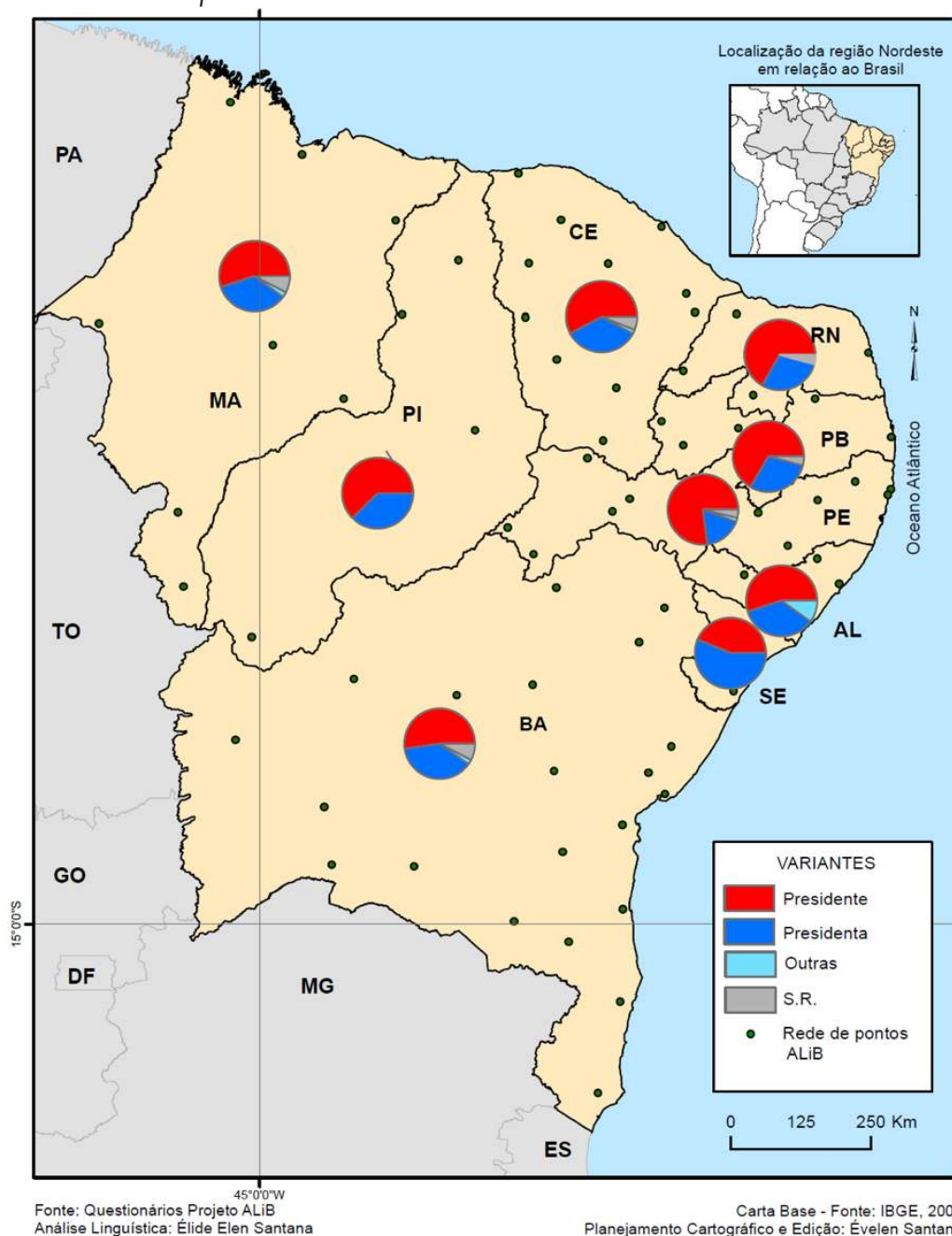


Fonte: Questionários Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2007
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Fonte: Santana (2015).

Figura 2 – Distribuição da variável diatopia por estado para o feminino de *presidente*



Fonte: Santana (2015).

Na distribuição diatópica, no que se refere ao feminino de *chefe*, em todos os estados, foi registrada a predominância da variante sem flexão de feminino – *chefe* e, no estado do Piauí, essa foi a única variante ocorrida. Para o feminino de *presidente*, apenas no estado de Sergipe houve predomínio da forma flexionada – *presidenta*, em todos os demais estados predomina a variante sem flexão – *presidente*.

Considerações finais

Com base na pesquisa realizada e nos dados levantados, foi possível concluir, acerca da formação de gênero feminino dos vocábulos estudados, que há uma grande variedade de estratégias para expressão de gênero, diferentes morfemas para expressar as ideias pretendidas, alguns não esperados para as variáveis em questão, apesar de documentados em dicionários e gramáticas para outros itens lexicais.

Para além das estratégias morfológicas, destaca-se o leque de alternativas lexicais adotadas para expressão de gênero, todas elas cumprindo o seu papel comunicativo. Dessa forma, os estudos linguísticos muito têm a evoluir sobre o levantamento, compreensão e sistematização dos processos que estão envolvidos na expressão do gênero dos substantivos, sobretudo os sexuais.

Para o feminino, demonstrou-se que, havendo duas possibilidades de uso, uma com marca de feminino expressa pela flexão e outra sem marca, há preferência dos informantes pela forma não flexionada, prevalecendo, assim, as formas *chefe* e *presidente* em detrimento de *chefa* e *presidenta*. Ressalta-se, também, o número de variantes encontradas que se afastam da ideia de liderança profissional, alocando a mulher no âmbito doméstico, característica que expressa que as forças sociais atuantes ainda relegam à mulher um papel secundário, privado e de pouco poder.

No que diz respeito às variáveis sociais, para consideração do fenômeno em estudo, ressalta-se o que apontou Lucchesi (2004) acerca da realidade polarizada da língua no Brasil. Os resultados só têm a corroborar com essa hipótese uma vez que os dados da variação de acordo com a distribuição da escolaridade revelaram serem os informantes mais escolarizados os usuários das formas tidas como padrão, enquanto os demais, menos escolarizados, lideram o uso de formas não padrão e de casos sem resposta, demonstrando a sua insegurança.

Dessa forma, destaca-se o comportamento das variáveis sociolinguísticas atuantes no processo de variação da língua, levando a crer que a língua não se isola em suas estruturas internas, mas é resultado e reflexo das forças sociais. Acerca do processo de seleção de formas de feminino, de modo mais específico, têm atuado distintas estratégias morfológicas e não morfológicas pelos diferentes grupos sociais, sendo a escolaridade um fator determinante para a seleção de uso.

Conclui-se, também, que a determinação de gênero se dá, geralmente, por meio do processo flexional, embora não seja essa a única possibilidade, uma vez que há vocábulos que sofrem processo derivacional para indicação de gênero e outros que sofrem processos não morfológicos.

Para esse efeito, a descrição de gênero realizada pelas gramáticas não é eficiente ao não diferenciar esses processos, agrupando todos como se fossem uma só coisa, causando confusão até mesmo para os processos que se dão de forma mais corrente. Destarte, sugere-se que a descrição da formação de gênero seja feita de forma mais ampla, reconhecendo as variedades e agrupando os processos similares a fim de que se possa ter uma descrição mais clara e condizente com a realidade linguística observada.

Ressalta-se, além disso, que a atribuição de gênero gramatical para todos os substantivos, sejam eles sexuais ou não, não é clara nas descrições linguísticas. Com a perda do gênero neutro existente no latim, a demarcação de gênero de substantivos inanimados seguiu de forma aleatória, sem considerar critérios específicos. Sendo assim, faz-se necessária a divisão dos processos de atribuição de gênero gramatical entre os substantivos sexuais, no qual o gênero é determinado, e os não sexuais, no qual o gênero gramatical é demarcado seguindo outros critérios que são passíveis de descrição, embora existam exceções.

Referências

BARBOSA, Jerónimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados á nossa linguagem**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [1970].

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La Dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Lingüístico do Brasil: questionários 2001**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Processos morfológicos não-concatenativos do português brasileiro: formato morfoprosódico e latitude funcional. **ALFA**, São Paulo, v. 48, n. 1. p.9-28, 2004.

GOUVEIA, Maria Carmen de Frias e. Algumas mudanças de gênero em curso no Português. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 13., 1998, Lisboa, **Actas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística, 1998. p. 339-352. vol. 1.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LABOV, William. **Padrões Sociolingüísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Scherre, Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. (Org.) **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92.

MARINHO, Marco Antônio Ferreira. **Do latim ao português**: percurso histórico dos sufixos -dor e -nte. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas, Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MEACHEM, Suzanne. **Women's actions, women's words**: female political and cultural responses to the Argentine state. 2010. 339 f. Tese (Doutorado). Departamento de estudos hispânicos, Universidade de Birmingham, Birmingham, 2010.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática história portuguesa**: fonética e morfologia. Porto: Livraria Clássica Editora, 1956.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portugüesa**. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, 1536. Disponível em <<http://purl.pt/120>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PINTO, Vera Maria Ramos. O questionário morfossintático do ALiB: o feminino de chefe e de presidente. **Claraboia**: revista do Curso de Letras da UENP. Jacarezinho/PR, n. 1/2, p. 136-156, jun./dez. 2014.

SAID ALI, M. **Grammatica Histórica da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SANTANA, Élide Elen da Paixão. **O gênero na região Nordeste**: morfologia e estigma social. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.